

## A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO À LEITURA EM UMA BIBLIOTECA PÚBLICA <sup>1</sup>

CAMPOS, Helen Paula Pinto\*  
BISPO, Thamirys Martha da Silva\*\*

### Resumo:

Estuda a importância da leitura e o incentivo que deve ser dado a ela em uma biblioteca pública. Analisa a participação da biblioteca e o contexto em que se insere nos programas de incentivo à leitura. Mostra a relevância do bibliotecário no desenvolvimento de atividades nestes programas e para formação de leitores. Aponta conceitos concernentes à leitura e justifica porque ela é considerada de grande valor para evolução de cada indivíduo e desenvolvimento da sociedade. Apresenta as políticas públicas de leitura que estão vigentes enfatizando os órgãos criados para promover a criação de bons leitores e fomentar a prática do hábito de ler. Aborda conceitos, diretrizes e outros fatores inerentes à biblioteca pública. Evidencia o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Pará.

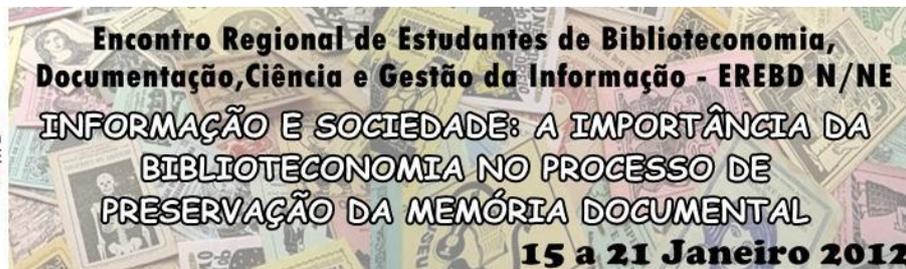
**Palavras-chave:** Leitura – Incentivo. Leitura - Políticas Públicas. Biblioteca Pública.

---

<sup>1</sup> Comunicação Oral apresentada ao GT 7- Livre

\*Universidade Federal do Pará. Bacharel em Biblioteconomia.; [hpcampos@hotmail.com](mailto:hpcampos@hotmail.com)

\*\* Universidade Federal do Pará. Graduanda em biblioteconomia: [thamirysbispo@hotmail.com](mailto:thamirysbispo@hotmail.com)



## **1 INTRODUÇÃO**

Desenvolver o hábito de ler requer estudo e planejamento porque o incentivo meramente verbal nem sempre produz os efeitos esperados. Por isso, é preciso haver orientação técnica e especializada sobre a importância da leitura e, também, avaliação de quais meios podem ser mais eficazes ou apropriados quando aplicados, inseridos em uma determinada comunidade.

Partindo desse princípio, muitas análises surgem e não podem ser generalizadas para um país ou região, pois cada ponto geográfico habitado possui sua própria cultura, variando a forma de tratamento em cada caso. Apesar disso, há pontos em comum entre os quais citamos o questionamento relacionado à interação das bibliotecas com os sistemas educacionais no sentido de avaliar sua participação em programas de desenvolvimento do hábito da leitura.

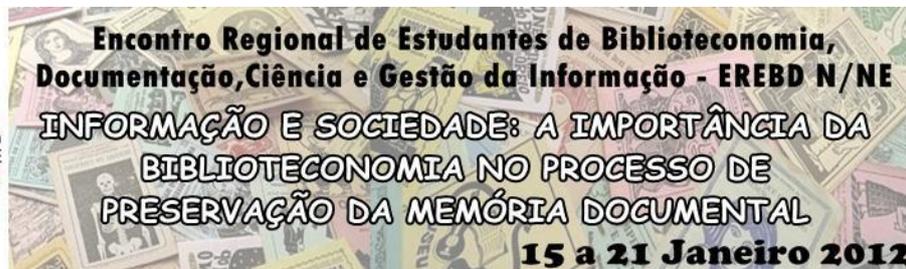
Através deste questionamento procura-se estudar a importância do ato de ler; apresentar as políticas públicas de leitura vigentes; explicitar o contexto da biblioteca pública quanto à participação nos programas de incentivo à leitura; mostrar a importância do bibliotecário no desenvolvimento de atividades de incentivo à leitura e formação de bons leitores; analisar a participação da Biblioteca Pública nos programas relacionados à preservação e implementação do hábito de ler.

Para justificar tal importância explora-se o fato de que o ser humano precisa receber incentivo ao desenvolvimento do hábito à leitura. Dessa forma, há necessidade do estudo sobre a utilização da biblioteca no cumprimento dessas atividades, enfatizando-se as formas de acesso a materiais informativos, atividades lúdicas e culturais, pois é nesse ambiente onde se pode adquirir e absorver informações, abrindo várias formas de raciocínio, criatividade e desenvolvimento da linguagem.

Diante do exposto, este artigo mostra a relevância de investimentos em políticas públicas direcionadas à aquisição do hábito da leitura, à formação de um leitor cidadão fundamentando na importância do ato de ler e do papel social das bibliotecas públicas como agente disseminadora da informação.

## **2 LEITURA**

Quando se fala sobre leitura muitas pessoas entendem tratar-se do simples acesso a qualquer tipo de suporte onde haja registros em alfabeto. Segundo essa generalização, o termo



“leitura” seria definido como simples ato de decodificar códigos. Entretanto, ela incorpora uma grande quantidade de conceitos que podem resultar em complexas interpretações. Interessa atribuir-lhe maior importância, pois da correta compreensão de uma leitura depende a resolução de problemas e tomadas de decisão no cotidiano de uma sociedade.

Entende-se que leitura não é um simples ato, mas um processo complexo e ocorre de maneira gradual, conforme comenta Martins (1994, p. 11):

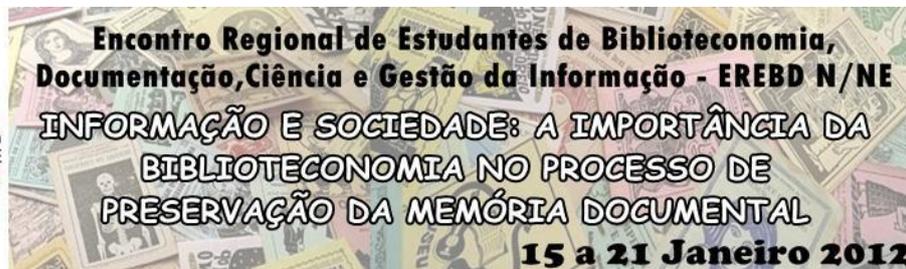
Desde os nossos primeiros contatos com o mundo, percebemos o calor e o aconchego de um berço diferentemente das mesmas sensações provocadas pelos braços carinhosos que nos enlaçam. A luz excessiva nos irrita, enquanto a penumbra tranquiliza. O som estridente ou um grito nos assustam, mas a canção de ninar embala nosso sono. [...]. Começamos assim a compreender, a dar sentido ao que e a quem nos cerca. Esses também são os primeiros passos para aprender a ler.

Conforme os estudos de Moraes (1996, p. 111-112) para conceituar leitura é preciso evitar a ampliação do entendimento porque há risco do termo perder importância para outros elementos dentro do processo que resulta no ato de ler. Por conta desse contexto, coloca a asserção: “A leitura é um modo particular de aquisição de informação.” Neste ponto, o autor, mostra um conceito simplificado sobre a função da leitura, desconsiderando outros elementos envolvidos no processo. É necessário atentar para além desta função, é importante refletir sobre as ações do pensamento no momento em que se lê.

Quando lemos, estabelecemos frequentemente associações, evocamos imagens, construímos raciocínios, às vezes até sonhamos acordados. Entretanto, podemos também fazer tudo isso enquanto o livro está esquecido sobre nossos joelhos. Nada, nesta atividade mental, é específico da leitura (MORAIS, 1996, p. 112).

Entende-se, então, que o ato de ler apesar de ser conceituado por alguns sem fracionamento dos processos, a ele relacionados, encontra-se repartido em mais de uma etapa. Quanto à condição para ocorrência da etapa classificada como mental é imprescindível destacar: só poderá existir se a mecânica se concretizar, esta última com independência da outra, justificando-se o fato de, muitas vezes, alguém ler e não compreender.

A compreensão e junção destas etapas do processo de leitura tornam-se, assim, em um ponto decisivo para inserir a leitura em uma comunidade, já que uma das causas mais comuns de distanciamento do leitor ou do potencial leitor é a falta de compreensão do texto, da informação. Sobre estas etapas diz-se também:



A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica na percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1995, p. 11).

Assim, a interpretação de um texto está condicionada ao conhecimento do mundo e ao domínio de um alfabeto de cada pessoa. Esses dois fatores influenciam de maneira determinante na relevância a ser atribuída ao texto. Conforme Kriegl (2002 apud SOUZA, 2007, p. 3):

[...] os esquemas cognitivos do leitor. Quando alguém lê algo, aplica determinado esquema alterando-o ou confirmando-o, mas principalmente entendendo mensagens diferentes de seus esquemas cognitivos, ou seja, as capacidades já internalizadas e o conhecimento de mundo de cada um são diferentes.

Todos leem o mundo, mas uma leitura acrescida de senso crítico é considerada uma prática social. Nesse aspecto, Werthein (1999) diz que:

Não é exagero afirmar que a leitura é imprescindível no processo de produção do conhecimento e de formação de cidadãos capazes de compreender e atuar no mundo contemporâneo. Finalmente, a leitura - associada à escrita - é ferramenta indispensável para a efetiva participação social e econômica, contribuindo para o desenvolvimento humano e a redução da pobreza.

A leitura é um processo cujo domínio é diferente para cada indivíduo, tornando-se cada vez mais completo quando o ser humano consegue integrar o ambiente em que vive, nos aspectos sociais, ao mecanismo de decodificação de um registro, alfabético ou não, atribuindo um valor o qual será responsável pelo descarte ou registro da informação obtida.

A formação de uma sociedade consciente e voltada para o desenvolvimento está, por certo, entre os objetivos dos autores de obras educativas. Possibilitar ou dificultar o acesso à leitura para as pessoas denota contribuir ou retardar o progresso de uma nação. A história aponta problemas culturais resultantes do controle de material impresso por parte de classes dominantes desinteressadas no crescimento dos indivíduos.



Todos reconhecem a importância da leitura e, se de um lado existem cientistas cuja produção focaliza o progresso dos cidadãos, há pessoas que criam obstáculos ao avanço do conhecimento às classes menos favorecidas, impedindo, dessa forma, a disseminação da informação.

Não se pode modificar o domínio de mundo de uma pessoa, principalmente quando seu universo de conhecimento provém da união experiência e informações obtidas pela leitura. Entretanto, pode-se impor-lhe atraso ao seu desenvolvimento utilizando-se ferramentas autoritárias tais como a censura total ou a restrição à leitura de determinadas publicações. Esses dispositivos são de origem política ou, até mesmo, cultural.

O instinto do homem incita-lhe buscar o progresso incessantemente e a leitura acelera e facilita o desenvolvimento porque proporciona a disseminação e absorção do conhecimento. Não há dúvidas quanto à importância do ato de ler, mas é necessário estimular cada pessoa, principalmente quando criança. Esse progresso não pode ser imposto porque, segundo Kriegl (2002 apud SOUZA, 2007, p. 8), "[...] ninguém se torna leitor por um ato de obediência, ninguém nasce gostando de leitura. A influência dos adultos como referência é bastante importante na medida em que são vistos lendo ou escrevendo".

Para fugir das armadilhas dos padrões considerados corretos é preciso incitar a cada indivíduo a analisar a leitura de um texto e associá-la com o meio em que vive. Barreto (2006 apud SOUZA, 2007, p. 8) escreve o seguinte:

Ela é importante para qualquer ser humano, todavia, cidadãos conscientes e profissionais das diversas áreas do conhecimento, especialmente bibliotecários, devem estar atentos quanto ao material indicado para estudo.

Por ser tão importante, a leitura é destaque tanto para educadores quanto aos governantes dos países. Os bibliotecários devem somar suas forças aos educadores.

Freire (1982, p. 9) aponta a existência de distinção entre a verdadeira reflexão de um texto, e o simples ato de ler sem atenção e estímulo, mostrando que a melhor forma de se alcançar a excelência em um estudo é a prática da leitura:

Estudar é, realmente um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica sistemática. Exige disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a. Isto é, precisamente, o que a "educação bancária" não estimula. Pelo contrário, sua tônica reside fundamentalmente em matar nos educandos a curiosidade, o espírito



investigador, a criatividade. Sua “disciplina” é a disciplina para a ingenuidade em face do texto, não para a indispensável criticidade.

Entende-se por "educação bancária" um padrão de instrução que impede o aluno de utilizar seu senso analítico e crítico, configurando-se em um fiel receptor de mensagens já prontas oriundas de seus professores, ação totalmente contrária ao processo de uma leitura reflexiva e conseqüente impedimento ao progresso intelectual e moral de uma pessoa.

A leitura proporciona manifestação de sentidos resultante da reflexão das informações que poderão se transformar em conhecimento novo ou entrarem em conflito com as noções do leitor. Dessa forma, justifica-se a necessidade da seleção de textos para cada tipo de leitor, visando o avanço gradativo até o completo domínio do assunto ministrado, identificando a leitura como uma prática social.

Nesse contexto:

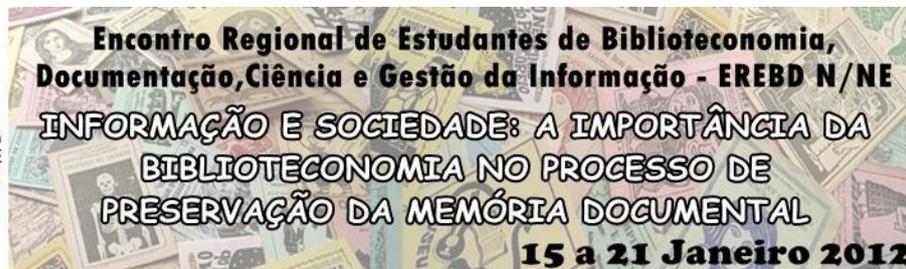
A leitura é prática social das mais importantes na aquisição da informação. Assim, é vista como ferramenta útil ao trabalho, ao desenvolvimento profissional e, portanto, ligada à questão econômica e à luta pela inserção social. Informação e conhecimento articulam-se, mas apresentam-se distintamente. (BARRETO, 2006, p. 55).

Cumpramos ressaltar a relevância da leitura como prática social, dentre outros elementos por apresentar menor complexidade à interação entre quem escreve e quem lê. O registro escrito possibilita inúmeras consultas até seu domínio completo. No caso da comunicação verbal, por exemplo, a transmissão da mensagem se dá muito rápido e dificulta a análise do conteúdo, muitas vezes não sendo compreendido, mesmo com modernos recursos de gravação de som da atualidade.

A partir destes dados percebe-se que a leitura é um processo que precisa ser inserido em todas as camadas sociais para ampliar o conhecimento e propiciar o desenvolvimento, das mesmas, dentro dos padrões discutidos, para tanto é necessário que se crie políticas públicas para o desenvolvimento integral das atividades que estão a ela vinculadas.

## 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

À proporção que uma população absorve consciência no âmbito político e socioeconômico, pessoas com privilégios nos governos perdem espaço para diversos atores



presentes na sociedade, tais como as instituições não governamentais, as empresas, pessoas públicas entre outros agentes culturais, possibilitando a participação popular na criação de projetos políticos e viabilizando o crescimento cultural e econômico.

As políticas públicas podem se entendidas como:

[...] conjuntos de ações (e de omissões) conduzidas de forma planejada e coordenada, muitas vezes submetidas a acompanhamentos e avaliações sistemáticas e visam modificar ou manter a realidade nas diferentes áreas da vida social [...]. Ao setor público não cabe produzir ou dirigir a cultura, mas fomentar a sua produção, a sua distribuição cultural (BRASIL, 2007, p. 18).

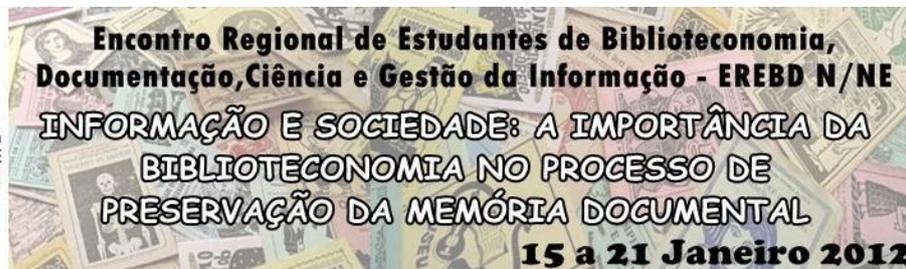
Segundo Rosa e Oddone (2006, p. 186), a política cultural que vigorou no Brasil, com início no século XIX, era de característica protecionista agindo especialmente a favor dos artistas da Corte, custeando seus projetos e viagens ao continente europeu. Poetas e romancistas ocupavam, ainda, cargos nas áreas diplomática e política. “Essa situação perdurou durante todo o Império e somente foi alterada no período denominado República Velha, graças à expansão do sistema educacional e à autonomia alcançada em algumas áreas da produção artística.”

Com a implantação do Estado Novo, a partir da Revolução de 1930, devido a mudanças nas conjunturas econômicas, políticas e culturais, houve a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) a fim de se concretizarem “[...] políticas de bibliotecas públicas, mecanismos institucionais que facultavam o compartilhamento, a difusão e o uso da informação disponível para as comunidades” (OLIVEIRA, 1994, p. 17 apud ROSA; ODONNE, 2006, p. 186).

### **2.1.1 Instituto Nacional do Livro (INL)**

Segundo Rosa e Oddone (2006, p. 187), em dezembro de 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), tendo como finalidade propiciar meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários.

Tinha, também, como objetivo a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacional, devido, conforme seus idealizadores, ser fundamental à própria existência cultural do país.



Destaca-se que o número de bibliotecas públicas, principalmente nos estados menos prósperos do país, cresceu muito graças ao apoio do INL, que as auxiliava na dispendiosa tarefa de constituição de acervo e capacitação técnica.

Entretanto, a partir do ano de 1987 passou integrar a Fundação Nacional Pró-leitura.

### **2.1.2 Fundação Nacional Pró-Leitura (PRÓ-LEITURA)**

Instituída em 5 de novembro de 1987, por meio da Lei nº 7.624, o art. 2º dessa Lei descreve a finalidade da PRÓ-LEITURA:

- I - promover o desenvolvimento da produção e da difusão do livro;
- II - estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas;
- III - difundir e estimular o hábito da leitura;
- IV - manter e incentivar cursos de biblioteconomia, de técnicas de encadernações e proteção de livros e demais tecnologias de reprodução e arquivamento de sons e imagens;
- V - receber o Depósito Legal, disciplinado pelo Decreto Legislativo nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907;
- VI - promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas. (BRASIL, 1987, p. 1).

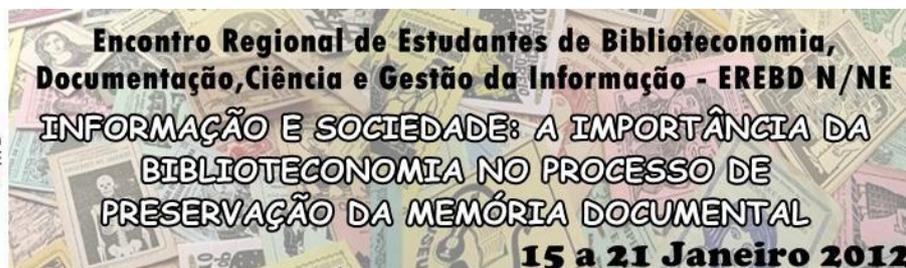
Todavia, em 12 de abril de 1990, a PRÓ-LEITURA foi extinta e suas receitas e dotações orçamentárias foram transferidos para a Biblioteca Nacional, com regime jurídico de Fundação, segundo mesmo diploma legal.

### **2.1.3 Proler**

O Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), objetivando o seguinte:

- I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura;
- II - estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras;
- III - criar condições de acesso ao livro. (BRASIL, 1992a).

Para atingir esses objetivos o PROLER é subsidiado pela implementação de alguns mecanismos, tais como:



- Instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;
- Dinamização de salas de leitura;
- Consolidação da liderança das bibliotecas públicas; a provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;
- Promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura; e
- Utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura. (BRASIL, 1992a)

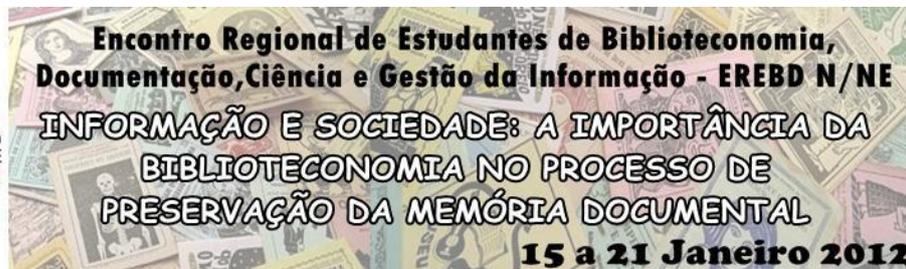
Apesar de o Brasil apresentar estes programas e a maior produção editorial da América Latina, observa-se um baixo índice de leitura em sua população. Isso, provavelmente, "é uma consequência das condições socioeconômicas e educacionais da população do país" (ROSA; ODDONE, 2006, p. 183), ou seja, é uma nação cuja dedicação à leitura se mostra contraditória e desigual aos esforços direcionados a aquisição de conhecimento. Desta forma é preciso criar um cenário mais eficiente para promover a leitura, um cenário em que a biblioteca pública insira os mecanismos apresentados vinculados a prática do serviço do bibliotecário, pois este é um agente que se prepara.

## 2.2 O BIBLIOTECÁRIO E O INCENTIVO À LEITURA

Partindo das premissas que inserem a biblioteca como peça fundamental no apoio aos projetos educacionais de eliminação do analfabetismo e fomento à leitura, observa-se que o bibliotecário é um profissional de grande importância nesse conjunto, tendo em vista seu preparo e habilidade relativos à seleção, busca e indicação de material informativo tanto para os educadores quanto aos usuários. Entretanto, ele não pode se configurar em um mero cumpridor de ordens ou sugestões, devendo participar de todo o processo de organização dessas atividades.

Profissionais bibliotecários os quais exercem suas atividades em bibliotecas escolares estão mais próximos dos estudantes e, por isso, há um direcionamento em se pensar que sejam eles os mais indicados na missão de contribuir com o incentivo à leitura em conjunto com professores e coordenadores pedagógicos. Entretanto, o hábito de ler não pode ser visto como tarefa a ser desenvolvida nas escolas devendo-se ampliá-la até as comunidades em geral.

Diante dessa demanda, deve existir uma sólida integração entre todos os bibliotecários em conjunto com os profissionais da área pedagógica devido à responsabilidade social inserida na missão de contribuir com o incentivo ao hábito da leitura.



Conforme Viapiana (2008):

É importante que o bibliotecário reflita sobre os desafios apresentados à frente: a necessidade de construir uma necessidade inclusiva, que priorize a justiça, a equidade e o acesso democrático à ciência e à tecnologia, com responsabilidade social.

Assim, os bibliotecários que atuam em bibliotecas públicas precisam estar sempre atentos quanto à responsabilidade da disseminação do conhecimento, porque ele é mediador entre o processo da leitura, a informação e o usuário, pois suas orientações contribuem para a promoção da leitura, dessa forma, ultrapassando o limite do atendimento no serviço de referência, cumprindo sua responsabilidade social.

### **3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

A Biblioteca Pública é uma instituição, centro de informação, que disponibiliza informação para todos os usuários. Conforme a Fundação Biblioteca Nacional (2000, p. 18):

A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento. Os serviços fornecidos pela biblioteca baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, status social.

Apesar de inicialmente, em sua formação, não atender toda coletividade a função educacional da biblioteca pública, segundo Almeida Júnior (2003), foi implantada desde sua origem, e as funções culturais e de lazer, apareceram no começo do século XX, somando-se à educacional. Já a informacional surgiu por volta do final da década de 1960 e começo da seguinte.

Examinando a entidade biblioteca pública no contexto da sociedade da informação, Suaíden (2000, p. 57) comenta que o acesso à informação no Brasil por intermédio dessa instituição é reduzido, conforme a seguir:

A própria denominação “biblioteca pública” pressupõe uma entidade prestando serviços ao público em geral, independentemente das condições sociais, educacionais e culturais. Nesse aspecto, reside a grande falha da biblioteca pública, pois, até hoje, o único segmento da sociedade que é atendido parcialmente, em pequena proporção, é o dos estudantes de primeiro e segundo graus.



Observa-se uma lacuna quanto ao cumprimento da missão da biblioteca pública no Brasil, porque seus serviços não alcançam todas as camadas populacionais, sendo sua frequência, em maior parte, dominada por estudantes dos níveis fundamental e médio. Dessa forma, justificam-se trabalhos de avaliação dessas atividades visando aumentar a participação de pessoas de todas as classes sociais entre crianças, jovens e adultos. Para mudar esta realidade a gestão da biblioteca pública deve seguir e efetivar seus serviços tendo em vista algumas diretrizes

### 3.1 DIRETRIZES

A efetivação de atividades referentes à informação, alfabetização, educação e cultura, ou seja, que deve estar inserido nos serviços e tarefas da biblioteca pública, deve obedecer as seguintes diretrizes:

1. Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde a mais tenra idade;
  2. Apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis;
  3. Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal;
  4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
  5. Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas;
  6. Propiciar acesso as expressões culturais das artes em geral;
  7. Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
  8. Apoiar a tradição oral;
  9. Garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária
  10. Propiciar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse;
  11. Facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador;
  12. Apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades se necessário.
- (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

A Biblioteca Pública se configura em um poderoso instrumento de transformação social e de acesso à informação e da leitura e, dessa forma, visa diminuir as desigualdades informacionais abrindo caminho para o fortalecimento da inclusão social. Entretanto, para isso ocorrer, é necessária a atuação de profissionais conscientes, com perfil de educadores, e que disseminem a prática cidadã.



### 3.2 PÚBLICO

Percebe-se que a rede de bibliotecas públicas deve ser concebida tendo em consideração as diferentes unidades de informação nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como as escolares e universitárias, pois o público que a frequenta é bem variado, o que exige em sua formação o atendimento e estudo de diferentes tipos de usuário para, então, estabelecer um programa com os serviços adequados a comunidade que serve.

Segundo o Manifesto da Unesco (1995), os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos porque ela é da responsabilidade das autoridades governamentais. Portanto, precisa ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, à alfabetização e à educação.

Segundo Almeida Júnior (2003, p. 42), estudantes dos níveis fundamental e médio constituem a maioria, índice em torno de 90%, dos usuários das bibliotecas públicas brasileiras. Os demais, 10%, são pessoas adultas com expressivo número de idosos, predominando-se aposentados, seguindo-se de alunos dos cursos de nível superior.

Para atender e atrair este público a biblioteca pública pode proporcionar atividades culturais requisitando a apresentação de artistas locais, corais, bandas de música, grupos cênicos e representação de atos oriundos da cultura popular.

Analisou-se a importância de desenvolver atividades lúdicas para estimular as potencialidades humanas das crianças, porque propicia condições adequadas ao seu desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social, objetivando causar prazer e entretenimento a quem pratica, além de melhorar o aprendizado.

Segundo Maluf (2008) na educação Infantil é possível comprovar a influência positiva das atividades lúdicas porque “os primeiros anos de vida são decisivos na formação da criança, pois se trata de um período em que a criança está construindo sua identidade e grande parte de sua estrutura física, socioafetiva e intelectual.”

Atualmente alguns programas vêm sendo desenvolvidos em determinadas regiões neste sentido (estimular o caráter mental e desenvolver o mecânico, em relação à leitura,) É o caso do SEBP.



### 3.3 SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SEBP)

Antes de entrar na particularidade do SEBP é relevante ressaltar a sua interligação com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) administrado pela FBN. Este Sistema Nacional, criado pelo Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992, tem como finalidade proporcionar aos habitantes do Brasil um conjunto de bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, a fim de contribuir para a formação do hábito da leitura, conscientizando a população quanto à necessidade de acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País. Seu objetivo principal é o fortalecimento das bibliotecas públicas.

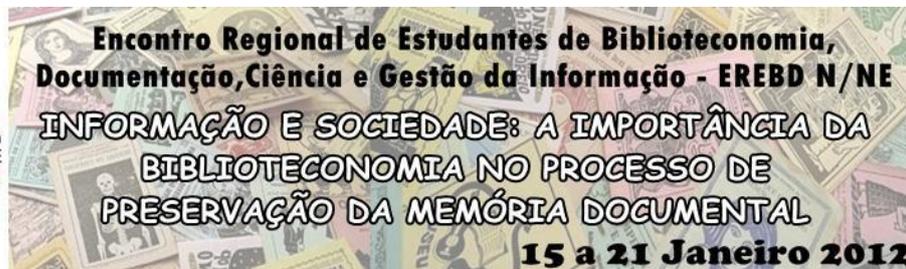
Dos objetivos do SNBP destacamos o seguinte: “Firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas” (BRASIL, 1992b).

O SEBP é formado pelo conjunto de bibliotecas que, mediante a celebração de convênios, integram uma rede coordenada e operacionalizada sob responsabilidade da Diretoria de Leitura e Informação, da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves.

Dessa forma, a diretoria de Leitura e Informação tem como responsabilidade o planejamento, organização, execução, coordenação e controle das ações que visam proporcionar à coletividade o acesso aos conhecimentos e às informações, assim como pela implantação, coordenação e operacionalização do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. A ela estão subordinadas: Gerência de Promoção da Leitura, Gerência de Processos Técnicos, Gerência de Promoção Editorial, Biblioteca Pública Arthur Vianna e o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se aborda o conhecimento humano, muita análise decorre e por isso ele foi dividido em ramos a fim de entendermos sua formação, mecanismos e expansão. Ele seria restrito, quase exclusivo, não fosse a troca de experiências entre as pessoas. Todavia, mesmo que cada cidadão mantivesse contato com todos os outros na Terra, não haveria forma de sua memória armazenar e recuperar todas as informações recebidas. Eis o momento da criação dos códigos por meio de sinais iconográficos porque, assim, passamos a registrar o conhecimento com possibilidade de consultá-lo e disseminá-lo, configurando-se, dessa forma, a razão da existência das bibliotecas e da Biblioteconomia. Não obstante essa facilidade



proporcionada por esta ciência, não adianta disponibilizar-se o conhecimento caso um indivíduo não se interesse em praticar o hábito da leitura. Ou seja, devemos incentivar as pessoas na busca do conhecimento por meio da leitura.

Verificou-se a necessidade de avaliação dos serviços prestados na biblioteca pública, buscando-se identificar sua participação na vida da população que a frequenta, em especial os estudantes.

Constatou-se que a Biblioteca Pública pode participar nas atividades de incentivo à leitura no contexto do sistema educacional uma participação que se torna mais eficiente se forem estabelecidas parcerias entre a biblioteca e professores em conjunto com os alunos, a fim de ser cumprida a finalidade de servir de subsídio ao ensino verificado nas salas de aula.

O Bibliotecário, precisa se preparar para que utilize sua formação para uma perfeita condução da gestão da biblioteca, os quais poderão em parceria com profissionais da área da educação, desenvolver projetos para atender toda a comunidade local.

Em fim, entende-se ser obrigatória a realização de um estudo de usuários, a fim de verificar o que eles procuram na biblioteca pública e, neste caso, recomenda-se uma pesquisa mais ampla, ou seja, de comunidade, atingindo não somente os usuários reais, mas principalmente os potenciais da biblioteca. Esta, a biblioteca pública, vem se apresentando como uma grande aliada no processo de formação de leitores.

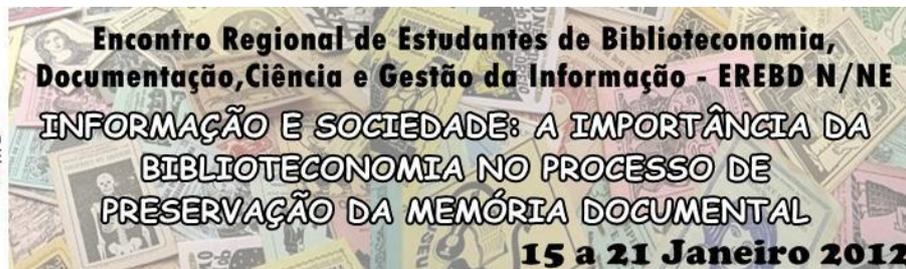
## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2003.

BARRETO, Ângela Maria. Leitura: suas categorias de produção de sentidos nas novas e antigas formas de acesso à informação. In: CARVALHO, Kátia de; SCHWARZELMULLER, Anna Friedericka (Org.). **O ideal de disseminar**: novas perspectivas, outras percepções. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 55-75.

BRASIL. Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Brasília, DF, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 14 maio 1992a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Brasília, DF, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 14 maio 1992b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2009.



\_\_\_\_\_. Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987. Institui a Fundação Nacional Pró-Leitura. Brasília, DF, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. 6 nov. 1987. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. **Política cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. Brasília, DF, 2007. 220 p. (v. 2).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 31. ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões da nossa época, 13).

\_\_\_\_\_. Considerações em torno do ato de estudar. In: \_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 9 -12.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2000. 160 p. (Documentos técnicos, n. 6).

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. A importância das atividades lúdicas na educação infantil. **Psicopedagogia online**, São Paulo, 14 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/>>. Acesso em: 7 maio 2009.

MANIFESTO da Unesco sobre as bibliotecas públicas, 1995. Disponível em: <<http://www.bperj.rj.gov.br/manifestodaunesco>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 96 p. (Coleção primeiros passos, 74).

MORAIS, José. **A arte de ler**. São Paulo: Unesp, 1996.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

SISTEMA Nacional de bibliotecas públicas. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 11 maio 2008.

SOUZA, Leila. A importância da leitura para a formação de uma sociedade consciente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ICI/UFBA, 2007. p. 1-10. Disponível em: <[www.cinform.ufba.br/](http://www.cinform.ufba.br/)>. Acesso em: 21 jan. 2009.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

VIAPIANA, Noeli. **A contribuição do profissional bibliotecário nos desafios da inclusão social**. 2008. Webartigos.com, 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/8540/1/a-contribuicao-do-profissional-bibliotecario-nos-desafios-da-inclusao-social/pagina1.html>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

WERTHEIN, Jorge. A Unesco e a formação do leitor. In: CONDINI, Paulo; PRADO, Jason (Org.). **A formação do leitor: pontos de vista**. Rio de Janeiro: Argus, 1999.